

Comunicado à Imprensa

Ratings da Light SESA elevados de 'D' para 'brBB+' após saída da recuperação judicial; rating 'brBB+' atribuído às suas 9ª e 21ª emissões de debêntures

17 de setembro de 2026

AVISO IMPORTANTE: Este rating é atribuído pela Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda. sob sua linha de produtos S&P National Ratings. O logotipo da S&P National Ratings identifica os ratings atribuídos com base em critérios da escala nacional e em metodologias específicas para o Brasil.

Resumo da Ação de Rating

- A Light S.A., controladora da Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA), concluiu recentemente seu processo de recuperação judicial.
- A empresa reduziu sua dívida bruta em cerca de R\$ 1,7 bilhão através da conversão de dívidas e realizou um aumento de capital de R\$ 1,5 bilhão. Como resultado, projetamos redução da métrica de dívida líquida sobre EBITDA ajustada para cerca de 5,3x em 2026 e 4,8x em 2027, versus 6,5x em 2025.
- Apesar da melhora da estrutura de capital, ainda vemos riscos relacionados à geração de caixa e ao acesso ao mercado de capitais para fazer frente às necessidades de investimentos nos próximos anos, mesmo considerando o aumento já definido do limite regulatório de perdas de 43% para 58% em 2027, no âmbito da revisão tarifária prevista para março daquele ano.
- Nesse contexto, em 17 de setembro de 2026, a S&P National Ratings elevou os ratings de crédito de emissor de longo prazo e das debêntures *senior unsecured* da Light SESA de 'D' para 'brBB+' na Escala Nacional Brasil. Ao mesmo tempo, elevou o rating de curto prazo da companhia de 'D' para 'brB'. Por fim, atribuímos o rating de emissão 'brBB+' às suas 9ª e 21ª emissões de debêntures.
- A perspectiva estável reflete nossa expectativa de que a companhia melhore sua geração de caixa operacional a partir de março de 2027, sobretudo diante do aumento do limite regulatório de perdas e do recálculo das perdas não técnicas.

Fundamento da Ação de Rating

A conclusão da recuperação judicial e a redução do endividamento fortaleceram a estrutura de capital, mas o elevado programa de investimentos e a geração de caixa ainda insuficiente continuam limitando o perfil de crédito. Ao longo de 2026, a Light concluiu as últimas etapas necessárias para encerrar o processo de recuperação judicial iniciado em 2023. A saída da recuperação dependia de três fatores: (i) a renovação da concessão de distribuição da Light Serviços de Eletricidade S.A.; (ii) a conclusão do aumento de capital de R\$ 1,5 bilhão previsto no plano; (iii) e a conversão dos instrumentos de dívida de cerca de R\$ 2,2 bilhões emitidos no âmbito da reestruturação financeira. Após a implementação dessas medidas, a companhia

Analista principal

Victor Soriani
São Paulo
55 (11) 3039-9744
victor.soriani@spglobal.com

Contato analítico adicional

Andre Pugliese
São Paulo
55 (11) 3039-9776
andre.pugliese@spglobal.com

Líder do comitê de rating

Marcelo Schwarz, CFA
São Paulo
55 (11) 3039-9782
marcelo.schwarz@spglobal.com

protocolou o pedido de encerramento do processo em julho de 2026, que foi deferido em setembro.

A conversão das dívidas e o aumento de capital reduziram o endividamento e os vencimentos de curto prazo. Estimamos dívida líquida sobre EBITDA ajustado de cerca de 5,3x em 2026 e 4,8x em 2027, versus 6,5x em 2025, refletindo a melhora do perfil de risco financeiro após a reestruturação.

Nossa métrica de endividamento ajustada incorpora cerca de R\$ 2 bilhões relativos a REFIS e outros parcelamentos tributários, R\$ 1 bilhão de dívidas relacionadas a participações em empresas não controladas e cerca de R\$ 400 milhões de ajustes por arrendamentos. Desconsiderando esses ajustes, a alavancagem líquida projetada seria de 3,5x em 2026 e 3,3x em 2027.

Apesar do menor endividamento, a Light ainda apresenta altos índices de perdas não técnicas em áreas de risco. Nos 12 meses encerrados em junho de 2026, o indicador estava perto de 77%, ante um patamar regulatório de 42% ao final de 2026. Essa diferença continua pressionando o fluxo de caixa da companhia, com glosas de cerca de R\$ 1 bilhão em 2025 e 2026. Além disso, projetamos capex elevado nos próximos anos, que, combinado com uma geração de caixa crescente, porém ainda insuficiente, deve resultar em fluxo de caixa operacional livre (FOCF – *free operating cash flow*) negativo em cerca de R\$ 1,8 bilhão em 2026 e de R\$ 350 milhões em 2027.

Para suportar seu programa de investimentos anuais de R\$ 1,8 bilhão-R\$ 2,0 bilhões nos próximos anos, a empresa precisará captar novos recursos segundo nosso cenário-base. Projetamos novas emissões de dívida entre 2026 e 2028, incluindo cerca de R\$ 1 bilhão no quarto trimestre de 2026 e R\$ 1 bilhão no acumulado de 2027 e 2028. Esses fatores representam riscos, pois antecipamos que o acesso da Light ao mercado de capitais permanecerá restrito durante esse período.

Esperamos melhora de geração de caixa operacional em 2027, embora a definição do novo limite de perdas ainda esteja pendente. Após a renovação concluída em maio de 2026, o novo contrato de concessão da Light passou a prever tratamento específico para as áreas de risco, caracterizadas por severas restrições operacionais. No entanto, os novos limites regulatórios de perdas ainda estão sendo discutidos em consulta pública, e deverão ser estabelecidos no primeiro trimestre de 2027. Dessa forma, ainda não consideramos possíveis benefícios desse tratamento em nosso cenário-base.

Mesmo sem considerar esses potenciais benefícios adicionais, as regras definidas até o momento já são suficientes para propiciar melhora da geração de fluxo de caixa da Light nos próximos anos. O aumento do limite regulatório de perdas de 43% para 58% em 2027, combinado ao recálculo das perdas não técnicas, deverá reduzir as glosas de cerca de R\$ 1 bilhão para R\$ 500 milhões naquele ano. Nesse sentido, projetamos aumento do EBITDA para cerca de R\$ 2,2 bilhões em 2027, versus R\$ 1,9 bilhões em 2026, e da geração de caixa operacional para R\$ 1,5 bilhão, versus R\$ 50 milhões em 2026. Ainda assim, consideramos essa melhora insuficiente para financiar o elevado capex dos próximos anos.

Nesse contexto, entendemos que a resolução das discussões sobre o tratamento das áreas de risco continua sendo um fator determinante para uma potencial elevação dos ratings da Light.

Perspectiva

A perspectiva estável reflete nossa expectativa de melhora da geração de caixa operacional a partir de março de 2027, no âmbito da revisão tarifária, com redução substancial das glosas e

consequente redução da alavancagem. Essa recuperação deverá resultar do aumento do limite regulatório de perdas de 43% para 58% e do recálculo das perdas não técnicas sob o arcabouço regulatório vigente. Projetamos dívida líquida ajustada sobre EBITDA de cerca de 4,8x em 2027, versus 5,3x em 2026.

Cenário de rebaixamento

Poderemos rebaixar os ratings caso a companhia não consiga melhorar sua geração de caixa nos próximos anos e enfrente dificuldades de acesso ao mercado de crédito e de capitais. Esse cenário poderia limitar sua capacidade de financiar tanto as necessidades de capital de giro quanto o elevado programa de investimentos previsto.

Cenário de elevação

Poderemos elevar os ratings nos próximos 12 meses quando tivermos maior clareza sobre o novo tratamento das áreas de risco previsto no novo contrato de concessão. Isso poderia beneficiar a geração de caixa da Light, na medida em que as tarifas considerem maiores índices de perdas regulatórias e, consequentemente, maior geração de caixa operacional. Nesse cenário, observaríamos melhora da alavancagem e do perfil de negócios da companhia, com dívida líquida ajustada sobre EBITDA abaixo de 5,0x.

Descrição da Empresa

A Light SESA atua no segmento de distribuição de energia elétrica e detém os direitos de concessão para atender 31 cidades no estado do Rio de Janeiro, incluindo sua capital. Em 2026, a concessão da distribuidora foi renovada por mais 30 anos, com vigência até 2056.

Nos últimos 12 meses findos em 30 de junho de 2026, a empresa distribuiu 24,653 GWh para seus 4,4 milhões de clientes nos mercados cativo e livre. A empresa é controlada pela Light S.A., que atua também no segmento de geração por meio de cinco usinas hidrelétricas com capacidade instalada total de 873 MW e garantia física de 508 MW, além de deter participação minoritária na usina Belo Monte.

Nosso Cenário de Caso-Base

Premissas

- Crescimento do PIB do Brasil de 1,8% em 2026, 1,7% em 2027 e 2,2% em 2028. Projetamos redução de 0,5% da energia entregue ao mercado cativo na área de concessão da Light em 2026 e crescimento abaixo do PIB nos anos seguintes, por conta da migração de clientes para o segmento de geração distribuída e mercado livre, que deverá crescer acima do PIB.
- Taxa de câmbio média em relação ao dólar de R\$ 5,15 em 2026, R\$ 5,25 em 2027 e R\$ 5,35 em 2028, impactando os custos de aquisição de energia de Itaipu. Além disso, cerca de 20% da dívida financeira da companhia é denominada em dólares.
- Taxa básica de juros média de 14,81% em 2026, 13,35% em 2027 e 10,25% em 2028, impactando as despesas de juros do grupo.
- Projetamos custo de energia adquirida em leilões e outras fontes crescendo em linha com a inflação, de 4,7% em 2026, 4,1% em 2027 e 3,7% em 2028.

Ratings da Light SESA elevados de 'D' para 'brBB+' após saída da recuperação judicial; rating 'brBB+' atribuído às suas 9ª e 21ª emissões de debêntures

- Incorporamos o reajuste tarifário de 16,69% aprovado pela ANEEL em março de 2026. Esperamos que o reajuste em 2027 incorpore o novo nível de perdas. A partir de 2028, presumimos que as tarifas aumentarão de acordo com nossas expectativas de inflação.
- Aumento do limite regulatório para perdas não técnicas de energia para 58% do mercado de referência em 2027, que, em conjunto com a redução de cerca de 3% das perdas não técnicas de energia, deverá reduzir as glosas pela metade.
- Venda de energia no mercado livre de 422 MW em 2026 e 2027 e de aproximadamente metade desse volume em 2028, dado que não consideramos a renovação das suas concessões de geração em nosso cenário-base.
- Índice de GSF (*Generation Scaling Factor*), que mede o risco hidrológico, de 85% a partir de 2026;
- Preço médio de venda de energia entre R\$ 250/MWh e R\$ 270/MWh entre 2026 e 2028
- Término das cinco concessões de geração em 2028, sem considerar indenização por investimentos não amortizados dada a incerteza de quando os valores seriam recebidos pela Light.
- Capex de cerca de R\$ 1,8 bilhão–R\$ 2,0 bilhões entre 2026 e 2028.
- Distribuição de dividendos de cerca de R\$ 50 milhões em 2026 e equivalente a 25% do lucro líquido do ano fiscal anterior a partir de 2027.

Principais métricas

Light Serviços de Eletricidade S.A. – Resumo das projeções*

Fim do período	2025R	2026E	2027P	2028P
R\$ milhões				
Receita	13.477	14.134	14.497	14.859
EBITDA	1.708	1.915	2.239	2.294
Geração interna de caixa (FFO - <i>funds from operations</i>)	1.613	1.284	1.541	1.569
Investimentos (capex)	1.344	1.837	1.840	2.018
Dívida (reportada)	9.696	8.144	8.462	9.300
(+) Passivos de arrendamentos	376	393	410	378
(-) Caixa acessível e investimentos líquidos	-1.747	-1.365	-1.000	-1.000
(+/-) Outros	2.731	3.000	2.872	2.753
Dívida	11.057	10.173	10.744	11.431
Caixa e investimentos de curto prazo (reportados)	1.747	1.365	1.000	1.000
Índices ajustados				
Dívida/EBITDA (x)	6,5	5,3	4,8	5,0
FFO/dívida (%)	14,6	12,6	14,3	13,7
Cobertura de juros pelo EBITDA (x)	11,6	3,6	3,7	3,6
Margem EBITDA (%)	12,7	13,5	15,4	15,4

*Todos os números foram ajustados pela S&P National Ratings, exceto se apresentados como reportados.
R: Realizado. E: Estimado. P: Projetado.

Liquidez

Avaliamos a liquidez da Light como insuficiente. Apesar de projetarmos índice de fontes sobre usos de caixa de cerca de 1,1x nos 12 meses a partir de junho, devido à baixa concentração de dívidas em 2026 e em 2027 após saída da recuperação judicial, esperamos fluxo de caixa

operacional negativo em 2026, enquanto apresenta acesso ainda restrito aos mercados de crédito e capitais.

Nesse sentido, dado o recente processo de reestruturação, esperaríamos um histórico mais longo de acesso ao crédito e ao mercado de capitais antes de reavaliarmos de forma mais favorável o perfil de liquidez.

Principais fontes de liquidez

- Posição de caixa de R\$ 1,8 bilhão em 30 de junho de 2026;
- Geração interna de caixa (FFO – *funds from operations*) de cerca de R\$ 1,3 bilhão nos próximos 12 meses a partir de 30 de junho de 2026;
- R\$ 260 milhões remanescentes do aumento de capital, aportados no terceiro trimestre de 2026.

Principais usos de liquidez

- Dívida de curto prazo de R\$ 433 milhões, *pro forma* após a conversão das dívidas, mas ainda sujeito a redução pelo valor justo;
- Capex em torno de R\$ 1,8 bilhão nos 12 meses a partir de 30 de junho de 2026;
- Distribuição de dividendos de R\$ 75 milhões nos 12 meses a partir de 30 de junho de 2026.

Análise de Cláusulas Contratuais Restritivas (*Covenants*)

A Light SESA deve cumprir com os seguintes *covenants*, medidos no nível consolidado:

- Dívida líquida sobre EBITDA inferior a 3,75x;
- EBITDA sobre despesa financeira superior a 2,0x.

De acordo com os contratos de financiamento da Light, o vencimento antecipado das dívidas é acionado quando pelo menos um dos indicadores acima não é atendido por dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. Em nossa visão, isso proporciona ao grupo certa flexibilidade para cumprir com os índices e evitar uma potencial aceleração de dívida.

O cálculo do *covenant* desconsidera ajustes positivos e negativos da CVA – Conta de Ajustes das Variações da Parcela A no EBITDA.

Esperamos que a Light SESA esteja em conformidade com os limites exigidos nos próximos anos com um colchão acima de 20% para o *covenant* de dívida líquida sobre EBITDA e acima de 40% para o *covenant* de EBITDA sobre despesa financeira líquida

Ratings de Emissão – Análise do Risco de Subordinação

	Vencimento	Rating de emissão
Light Serviços de Eletricidade S.A.		
9ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	Novembro de 2037	brBB+
15ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	Novembro de 2037	brBB+
16ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	Novembro de 2037	brBB+
17ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	Novembro de 2037	brBB+
19ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	Novembro de 2037	brBB+

Ratings da Light SESA elevados de 'D' para 'brBB+' após saída da recuperação judicial; rating 'brBB+' atribuído às suas 9ª e 21ª emissões de debêntures

20ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	Novembro de 2037	brBB+
21ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	Novembro de 2037	brBB+
22ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	Novembro de 2037	brBB+
23ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	Novembro de 2037	brBB+
24ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	Novembro de 2037	brBB+
25ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	Novembro de 2037	brBB+

Estrutura de capital

Considerando a posição de endividamento da Light SESA *pro forma* após a saída da recuperação judicial, a estrutura de capital da empresa é composta de aproximadamente R\$ 6,7 bilhões em dívida financeira, sendo que cerca de R\$ 5,3 bilhões são debêntures denominadas em reais, R\$ 1,3 bilhão são dívidas em dólares sem proteção por contratos de swap, e o restante são dívidas bilaterais em reais.

Conclusões analíticas

Os ratings dessas emissões estão no mesmo nível do rating de crédito corporativo de longo prazo da Light SESA na Escala Nacional Brasil, uma vez que esta é uma empresa operacional sem outras subsidiárias, não havendo, portanto, subordinação estrutural. Além disso, atualmente não há mais dívidas com garantias reais. Assim, acreditamos que os credores quirografários não estejam em desvantagem significativa em relação aos demais credores da empresa.

Tabela de Classificação de Ratings

Rating de crédito de emissor na Escala Nacional Brasil	brBB+/Estável/brB
Risco de negócio	Regular
Risco da indústria	Muito baixo
Posição competitiva	Regular
Risco financeiro	Agressivo
Fluxo de caixa/Alavancagem	Agressivo
Âncora	brBBB-
Estrutura de capital	Neutra
Administração e governança	Negativa (0)
Liquidez	Insuficiente (-1)
Análise holística	Neutra
Perfil de crédito individual (SACP - <i>stand-alone credit profile</i>)	brbb+

Certos termos utilizados neste relatório, particularmente certos adjetivos usados para expressar nossa visão sobre os fatores que são relevantes para os ratings, têm significados específicos que lhes são atribuídos em nossos Critérios e, por isso, devem ser lidos em conjunto com tais Critérios. Consulte os Critérios de Rating no novo site da Escala Nacional Brasil para mais informações. As descrições de cada categoria de rating da S&P National Ratings estão disponíveis nas “[Definições de ratings na Escala Nacional Brasil](#)”. Todos os ratings mencionados neste relatório são disponibilizados no site público da S&P National Ratings.

Critérios e Artigos Relacionados

Critérios

- [Metodologia: Considerações suplementares de ratings na Escala Nacional Brasil](#), 18 de agosto de 2025
- [Metodologia para atribuição de ratings corporativos na Escala Nacional Brasil](#), 18 de agosto de 2025

Artigo

- [Definições de ratings na Escala Nacional Brasil](#)

Emissor	Data de atribuição do rating inicial	Data da ação de rating anterior
Light Serviços de Eletricidade S.A.		
Rating de Crédito de Emissor		
Escala Nacional Brasil – longo prazo	11 de julho de 2007	12 de abril de 2023
Escala Nacional Brasil – curto prazo	12 de maio de 2009	12 de abril de 2023

Informações regulatórias adicionais

Outros serviços fornecidos ao emissor

Não há outros serviços prestados a este emissor.

Atributos e limitações do rating de crédito

A S&P National Ratings utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A S&P National Ratings não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A S&P National Ratings não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a S&P National Ratings acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela S&P National Ratings não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a S&P National Ratings se baseou em conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

Fontes de informação

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a S&P National Ratings utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

Aviso de ratings ao emissor

O aviso da S&P National Ratings para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "[Notificações ao Emissor \(incluindo Apelações\)](#)".

Frequência de revisão de atribuição de ratings

O monitoramento da S&P National Ratings de seus ratings de crédito é abordado em:

- [Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito \(na seção de Regras, Procedimentos e Controles Internos\)](#)
- [Política de Monitoramento](#)

Conflitos de interesse potenciais da S&P National Ratings

A S&P National Ratings publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais na seção "[Potenciais Conflitos de Interesse](#)".

Faixa limite de 5%

A S&P National Ratings Brasil publica em seu [Formulário de Referência](#), disponível na página de "Informações Regulatórias", o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

As informações regulatórias (PCR - *Presentation of Credit Ratings* em sua sigla em inglês) da S&P National Ratings são publicadas com referência a uma data específica, vigentes na data da última Ação de Rating de Crédito publicada. A S&P National Ratings atualiza as informações regulatórias de um determinado Rating de Crédito a fim de incluir quaisquer mudanças em tais informações somente quando uma Ação de Rating de Crédito subsequente é publicada. Portanto, as informações regulatórias apresentadas neste relatório podem não refletir as mudanças que podem ocorrer durante o período posterior à publicação de tais informações regulatórias, mas que não estejam de outra forma associadas a uma Ação de Rating de Crédito. Observe que pode haver casos em que o PCR reflète uma versão atualizada do Modelo de Ratings em uso na data da última Ação de Rating de Crédito, embora o uso do Modelo de Ratings atualizado tenha sido considerado desnecessário para determinar esta Ação de Rating de Crédito. Por exemplo, isso pode ocorrer no caso de revisões baseadas em eventos (*event-driven*) em que o evento que está sendo avaliado é considerado irrelevante para aplicar a versão atualizada do Modelo de Ratings. Observe também que, de acordo com as exigências regulatórias aplicáveis, a S&P National Ratings avalia o impacto de mudanças materiais nos Modelos de Ratings e, quando apropriado, emite Ratings de Crédito revisados se assim requerido pelo Modelo de Ratings atualizado.

Ratings da Light SESA elevados de 'D' para 'brBB+' após saída da recuperação judicial; rating 'brBB+' atribuído às suas 9ª e 21ª emissões de debêntures

Copyright © 2026 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito, avaliações, modelos, software ou outras aplicações ou informações obtidas a partir destes) ou qualquer parte destas informações (Conteúdo) pode ser modificada, sofrer engenharia reversa, ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma, nem meio, nem armazenada em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou de suas afiliadas (coletivamente, S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem seus provedores externos, nem seus diretores, representantes, acionistas, empregados nem agentes (coletivamente, Partes da S&P) garantem a exatidão, completitude, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões (por negligência ou não), independentemente da causa, pelos resultados obtidos mediante o uso de tal Conteúdo, ou pela segurança ou manutenção de quaisquer dados inseridos pelo usuário. O Conteúdo é oferecido "como ele é". AS PARTES DA S&P ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIBERDADE DE FALHAS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SEJA ININTERRUPTO OU QUE O CONTEÚDO OPERE COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, deverão as Partes da S&P ser responsabilizadas por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais ou consequentes (incluindo-se, sem limitação, perda de renda ou lucros e custos de oportunidade ou perdas causadas por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo aqui contido, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Parte do Conteúdo pode ter sido criado com o auxílio de uma ferramenta de inteligência artificial (IA). O Conteúdo Publicado criado ou processado usando IA é composto, revisado, editado e aprovado pela equipe da S&P.

Análises relacionadas a crédito e outras, incluindo ratings e as afirmações contidas no Conteúdo são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos. As opiniões da S&P, análises e decisões de reconhecimento de ratings (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de quaisquer títulos. Após sua publicação, em qualquer maneira ou formato, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo. Não se deve depender do Conteúdo, e este não é um substituto das habilidades, julgamento e experiência do usuário, sua administração, funcionários, conselheiros e/ou clientes ao tomar qualquer decisão de investimento ou negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos, exceto quando registrada como tal. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. Publicações relacionadas a ratings de crédito podem ser divulgadas por diversos motivos que não dependem necessariamente de uma ação decorrente de um comitê de rating, incluindo-se, sem limitação, a publicação de uma atualização periódica de um rating de crédito e análises correlatas.

Até o ponto em que as autoridades reguladoras permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating atribuído em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se o direito de atribuir, retirar ou suspender tal reconhecimento a qualquer momento e a seu exclusivo critério. As Partes da S&P abdicam de qualquer obrigação decorrente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por qualquer dano supostamente sofrido por conta disso.

A S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas umas das outras a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P pode receber remuneração por seus ratings e certas análises, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus websites www.spglobal.com/ratings/pt/ (gratuito) e www.ratingsdirect.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.spglobal.com/usratingsfees.

STANDARD & POOR'S, S&P e RATINGSDIRECT são marcas registradas da Standard & Poor's Financial Services LLC.